

## O FOMENTO PRODUTIVO COMO ESTRATÉGIA DE INDUÇÃO DA ATER NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: O CASO DO PROJETO DOM HELDER CÂMARA NO ESTADO DE ALAGOAS

### PRODUCTION FURNITURE AS ATER'S INDUCTION STRATEGY IN THE BRAZILIAN SEMI-ARID: THE CASE OF THE DOM HELDER CÂMARA PROJECT IN THE STATE OF ALAGOAS

**Autor (es):** Stéfany Gabriela da Silva Sales; Mário Lúcio de Ávila; Marco Aurélio de Carvalho Vieira e Silva; Mireya Valencia Perafán.

**Filiação:** Universidade de Brasília.

**E-mail:** stefanygab@hotmail.com (institucional: 200070746@aluno.unb.br); unbavila@gmail.com; marcoaureliocar@hotmail.com; mireya\_eugenia@hotmail.com.

**Grupo de Trabalho (GT):** GT11. **Elaboração e análise de política agrícola e políticas públicas de desenvolvimento rural**

#### **Resumo**

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais é uma estratégia do governo brasileiro no Plano Brasil sem Miséria, que somado à assistência técnica oferecida aos agricultores familiares do semiárido brasileiro, visa à inclusão produtiva rural, na busca por superar a pobreza e a fome. A partir desse cenário o presente artigo tem como objetivo a investigação do fomento produtivo como estratégia de fortalecimento da Ater no âmbito do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), no estado de Alagoas. Foram usados registros de informações oriundos da avaliação do PDHC, gerados pelo projeto Monitora UnB/SEAD”, especificamente, neste caso, no estado de Alagoas. Os resultados apontam que a soma do fomento produtivo com a ATER são positivos e apresentam maiores chances de sucesso nos projetos produtivos elaborados pelos técnicos junto às famílias beneficiadas. Fomento e ATER fortalecem as estratégias dos agricultores familiares e promovem, em alguma medida a inclusão produtiva rural. Apesar dos ensinamentos obtidos no caso, não se pode generalizar os achados, uma vez que o componente central do sucesso pode ser a qualidade da ATER e as estratégias adotadas pelas organizações, o que não é linear nas diferentes organizações envolvidas nem nos próprios beneficiários.

**Palavras-chave:** agricultura familiar; inclusão produtiva; ater; fomento.

#### **Abstract**

The Rural Productive Activities Promotion Program is a strategy of the Brazilian government in the Brasil sem Miséria Plan, which, in addition to the technical assistance offered to family farmers in the Brazilian semiarid region, aims at rural productive inclusion, in the quest to overcome poverty and hunger. Based on this scenario, the present article aims to investigate productive promotion as a strategy to strengthen Ater within the scope of the Dom Helder Câmara Project (PDHC), in the state of Alagoas. Records of information from the evaluation of the DHCP were used, generated by the Monitora UnB/SEAD project”, specifically, in this case, in the state of Alagoas. The results indicate that the sum of the productive promotion with the ATER are positive and present greater chances of success in the productive projects elaborated by the technicians with the beneficiary families. Fomento and ATER strengthen the strategies of family farmers and promote, to some extent, rural productive inclusion.



Despite the lessons learned in the case, the findings cannot be generalized, since the central component of success may be the quality of the ATER and the strategies adopted by the organizations, which is not linear in the different organizations involved or in the beneficiaries themselves.

**Key words:** family farming; productive inclusion; stick; promotion.

## 1. Introdução

Diante de um cenário complexo e delicado como a extrema pobreza, a fome, o acesso à renda, fenômenos estes de dimensões globais, mas que se reforçam nas áreas rurais, como no caso brasileiro, surge em 2011 por meio do Governo Federal o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais que possuía como principal foco do Plano Brasil Sem Miséria retirar 16,2 milhões de pessoas da extrema pobreza (Buainain, 2013).

O programa de fomento<sup>1</sup> foi instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e era executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atualmente a cargo do Ministério da Cidadania. Tem como objetivos: I - estimular a geração de trabalho e renda com sustentabilidade; II - promover a segurança alimentar e nutricional dos seus beneficiários; III - incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação social, educacional, técnica e profissional; e IV - incentivar a organização associativa e cooperativa de seus beneficiários (Brasil, 2011).

O fomento constitui um recurso financeiro não reembolsável no valor de 2.400 reais, concedido em duas parcelas, e disponibilização de serviços de assistência técnica para maior ampliação das atividades produtivas, sustentabilidade e melhores condições de garantir a segurança alimentar das famílias<sup>2</sup> que se encontra em situação de pobreza com renda até 178,00 reais por pessoa/mês e extrema pobreza com renda até 89,00 reais respectivamente e que estão inscritas no Cadastro Único para a execução do projeto produtivo elaborado pela ATER (Brasil, 2011).

Além desse recurso oferecido às famílias pelo programa de fomento, é ofertada também a assistência técnica. Os serviços de ATER no Brasil surgem em 1940 no estado de Minas Gerais e seu foco era o desenvolvimento agrícola e rural de forma educativa não formal. No entanto, 1990 no Governo de Fernando Collor, o Brasil começa a enfrentar dificuldades desses serviços com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) instituída em 1974. Estes serviços só voltam ao foco entre 2003 e 2006 no governo de Luís Inácio Lula da Silva visando o desenvolvimento rural e o fortalecimento da agricultura familiar (Grisa e Schneider, 2014; Diesel, Dias, Neumann, 2015), emergindo a importância do especialista em assistência técnica e extensão rural (ATER) e surgindo novas políticas como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em 2004 com novo formato institucional (Castro, 2012).

Desse modo os dados do último Censo Agropecuário mostram sua importância para o semiárido. Dentre os dez estados do semiárido brasileiro (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais), temos um total de 161.191 unidades que receberam a orientação técnica e 1.671.062 unidades que não receberam a orientação, são, portanto, menos de 10% que recebem a orientação técnica. No

<sup>1</sup> Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Lei nº 12.512/2011) — o Programa de Fomento —, que foi estabelecido com os objetivos de estimular a geração de emprego e de renda, promover a segurança alimentar e nutricional (SAN) e dar impulso à participação dos beneficiários (em condições de pobreza e extrema pobreza) em formações sociais, educacionais, técnicas e profissionais, bem como promover a sua participação em associações e cooperativas.

<sup>2</sup> I - os agricultores familiares e os demais beneficiários que se enquadram nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006; e II - outros grupos populacionais definidos como prioritários por ato do Poder Executivo.



estado de Alagoas são 3253 unidades familiares que receberam a assistência técnica no âmbito do PDHC, (1966 atendidos pela Emater-AL e 1287 pelas empresas privadas).

É por meio da ATER que as políticas públicas chegam a grande parte da agricultura familiar atendidos pelo Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC). Este projeto é uma iniciativa do Fundo Internacional de Desenvolvimentos Agrícola (FIDA), instituição financeira internacional da Organização das Nações Unidas (ONU). Juntamente com os governos estaduais e federais, realiza acordos de empréstimos e doações para apoiar o desenvolvimento rural e atua em projetos de cooperação para a superação da pobreza no nordeste brasileiro (Fortini, 2021).

Dentre os projetos do FIDA o PDHC é o maior projeto aqui no Brasil implementado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) iniciado em 2001 (fase I). O projeto encontra-se na II fase atuando em 11 estados, 913 municípios e atendendo aproximadamente 57.590 unidades familiares, 127402 pessoas. No estado de Alagoas são atendidas 9365 pessoas, sendo 6560 pessoas pela Emater-AL e 3519 pessoas atendidas pelas entidades privadas no estado (Fortini, 2021).

O PDHC possui três componentes previstos: Diálogo, integração políticas públicas e disseminação de experiências inovadoras; Desenvolvimento de capacidades organizacionais; e Desenvolvimento produtivo sustentável e acesso aos mercados, com ações da ATER realizadas por empresas públicas e privadas contratadas pela ANATER desde o ano de 2018. O encerramento da fase II do projeto está previsto para março de 2022 (Fortini, 2021).

O objetivo do PDHC é combater a pobreza e apoiar o desenvolvimento rural sustentável no semiárido do Nordeste brasileiro e para alcançar esse objetivo foi efetuada uma parceria com Ministério da Cidadania para execução do Programa de Fomento, como mais uma estratégia de enfrentamento à pobreza e à fome no meio rural brasileiro (Brasil, 2019).

As dificuldades que a ATER vem enfrentando ao longo do tempo são variadas, porém ainda assim possui grande importância para difundir o conhecimento e o desenvolvimento rural, principalmente no semiárido brasileiro, onde se encontram boa parte de famílias que necessitam desses serviços. Justifica-se assim que os serviços de assistência técnica e extensão rural há séculos vêm possibilitando que políticas públicas e programas governamentais cheguem a comunidades rurais mais distantes, vulneráveis e que esperam por orientação e acompanhamento de suas atividades produtivas.

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais é de grande importância para seus beneficiários, visto que muitos se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza. Com o objetivo de incentivar a melhoria de renda, alimentação e produção, o programa a partir da parceria com a ATER e do recurso, visa garantir o fortalecimento da agricultura familiar.

Juntos, fomento e ATER no âmbito do Brasil sem Miséria buscam a melhoria das principais dificuldades encontradas pelos agricultores mais pobres no processo produtivo. Esse trabalho é feito em etapas e depende das duas partes, iniciado pelo diagnóstico da família e da produção até o recebimento do recurso. Portanto, devemos destacar que a soma destas duas políticas pode resultar na melhoria de vida dessas famílias, e que o sucesso dessa parceria é a articulação entre a ATER, o recurso e as famílias envolvidas no processo (Mello *et al.* 2014).

A premissa posta pelos formuladores do Brasil sem Miséria definiram as seguintes diretrizes estratégicas para o meio rural: (i) garantia do acesso às políticas públicas de cidadania e de inclusão produtiva; (ii) atuação direta junto às famílias ou comunidades, por meio dos serviços de Ater; (iii) busca da redução das desigualdades de gênero, raça, etnia e geração; (iv) territorialização das ações, iniciando a atuação onde a pobreza extrema está concentrada; (v) sistema de gestão que tem a família como unidade de acompanhamento e



avaliação das ações. Neste sentido, a Ater assume papel fundamental na mediação, monitoramento e até na avaliação do alcance dos benefícios.

## 2. Caracterização do estudo

Para realização deste artigo utilizou-se a pesquisa documental com dados levantados pelo projeto “Avaliação e Monitoramento do Projeto Dom Hélder Câmara – Monitora UnB/SEAD” do Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (CEGAFI), junto aos agricultores familiares atendidos pelo PDHC, especificamente os atendidos pela assistência técnica (pública e privada) no semiárido do estado de Alagoas, bem como fontes de dados secundários como o Censo Agropecuário do IBGE 2017.

### 2.1.O semiárido

A lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, inciso IV do art. 5º define o semiárido como a “região natural inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, definida em portaria daquela Autarquia”. Sua delimitação passou por novas mudanças em 10 de março de 2005, de acordo com a Portaria Interministerial nº 6, de 29 de março de 2004 (Pereira Júnior, 2007).

Até o ano de 2005 eram 1.031 municípios que faziam parte do semiárido e depois desse ano mais 102 municípios foram incluídos ao semiárido brasileiro. A área passou de 892.309 km<sup>2</sup> para 982.563 km<sup>2</sup>, com destaque para o estado de Minas Gerais que incluiu mais 45 municípios (Pereira Júnior, 2007).

O clima do semiárido brasileiro é boa parte seco e apresenta uma diversidade climática, com vegetação arbórea e arbustiva, solo arenoso ou areno-argiloso, com matéria orgânica pobre e com cálcio e potássio com teor regular. No semiárido brasileiro o ecossistema é a Caatinga, com volume pluviométrico baixo e com temperaturas em torno de 23° a 27° (Buainain e Garcia, 2013).

Aproximadamente 21,7 milhões de pessoas vivem no semiárido e a densidade demográfica é de 24,2 hab./km<sup>2</sup>, ocupando 10,5% do território nacional. A região Nordeste equivale a 18,2% respectivamente e a maior no semiárido brasileiro corresponde aos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte do norte do Estado de Minas Gerais (Região Sudeste).

Desse modo as principais características do semiárido brasileiro são altas temperaturas e regimes baixos de chuvas com irregularidades e com períodos curtos em poucos meses do ano, assim esses baixos volumes de água são considerados insuficientes principalmente para populações mais pobres (Silva *et al*, 2010).

### 2.2. Alagoas

A área de estudo aqui pesquisada é o estado de Alagoas, que possui 102 municípios com 98.542 estabelecimentos agropecuários e área territorial de 27.830,661 km<sup>2</sup>. De acordo com os dados do Censo 2010 a população do estado de Alagoas corresponde a 3.120.494 pessoas, destas 822.634 vivem em ambientes rurais.

Cerca de 1/3 das terras do estado são usadas pela agricultura familiar (551.034 mil hectares). São 82.369 estabelecimentos da agricultura familiar (83,5%). Aproximadamente 59,54% da população do estado de Alagoas estão na incidência da pobreza e apenas 4177 estabelecimentos recebiam assistência técnica (IBGE, 2019).

A população do estado é historicamente marcada pela precarização de acessar direitos básicos e fundamentais como alimentação, comercialização, dificuldade de acesso a políticas públicas dentre outros. Para enfrentar tais desafios no meio rural visando à diminuição da desigualdade social é necessária uma série de ações que envolvem o governo e a realidade



dessa população com políticas voltadas especificamente para as necessidades locais (Emater-AL).

E esses números são apresentados pelo Censo onde aponta que em 2020 o estado de Alagoas foi terceiro maior no Brasil em que a população vive condição de extrema pobreza, com renda de até R\$155 por mês. Levando em consideração a população do estado com 3,34 milhões de pessoas mais de 394 mil encontrava-se na extrema pobreza, ou seja, em cada 100 pessoas 11 estavam nessa condição. Este quadro pode ser explicado também pelo rendimento médio por hora trabalhada das pessoas, onde o estado ficou com o terceiro pior rendimento no Brasil, que ficou em torno de R\$ 1.568, apesar de o número médio nacional ser de R\$ 2.372 por pessoa (Borges, 2021).

### **3. O projeto Monitora - Avaliação e Monitoramento do Projeto Dom Hélder Câmara - Monitora UnB/SEAD**

Buscando apoiar o PDHC nas atividades desenvolvidas, em 2017, foi realizada uma parceria junto a Faculdade UnB Planaltina, por meio do Centro de Gestão e Inovação na Agricultura Familiar (CEFAFI) o projeto Avaliação e Monitoramento do Projeto Dom Hélder Câmara - Monitora UnB/SEAD, objetivando coordenar, avaliar e monitorar políticas públicas da ATER, comercialização e fomento produtivo na segunda fase do PDHC atendendo 11 estados brasileiros (Brasil, 2020; Aguiar, 2019).

### **4. O projeto Dom Helder Câmara e a ATER**

Com déficit de políticas públicas desde a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF-1996) e como resposta governamental de movimentos sindicais e sociais, surge nos anos 2000 o Projeto de Desenvolvimento Sustentável para Assentamentos de Reforma Agrária no Semiárido do Nordeste – Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC). O projeto advém do acordo de empréstimo firmado entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), (Brasil, 2018; Jalfim *et al*, 2013).

O objetivo do PHDC é contribuir para a redução da pobreza rural e das desigualdades no Semiárido brasileiro, melhorando a articulação de políticas de desenvolvimento rural sustentável. O projeto ainda conta com três componentes: I. Diálogo de políticas, coordenação das políticas públicas e ampliação das inovações; II. Desenvolvimento de capacidades organizacionais; III. Desenvolvimento produtivo sustentável e acesso aos mercados. Posteriormente esses componentes foram ampliados para cinco, sendo os outros dois: IV. Gestão do projeto e V. - Planejamento, Monitoramento e Avaliação (Brasil, 2018).

A atribuição da gestão dos serviços da ATER ocorre após a publicação do decreto 8.252, de 26 de maio de 2014, e é dada a ANATER em 2016 operando com empresas públicas e privadas para a prestação de serviços da ATER. A agência promove, coordena e mobiliza as ações do PDHC, visando apresentar os resultados atingidos a sociedade (Brasil, 2020).

Os beneficiários do projeto são agricultores familiares preferencialmente de comunidades e povos tradicionais, mulheres e jovens. Atualmente o PDHC atinge aproximadamente 74 mil famílias e destes 22 mil estavam na fase um projeto e 52 mil na segunda e atual fase. “Estima-se, ainda, que cerca de 300 mil pessoas da zona rural serão beneficiadas indiretamente por passarem a ter melhor acesso à informação sobre políticas e programas públicos” (Brasil, 2019).

A fase um do projeto ocorreu entre os anos 2000 e 2009 com ações em seis estados do nordeste brasileiro (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), beneficiando 15 mil famílias, 346 associações e 77 municípios (Moraes, 2020). Cerca de 129



municípios em nove territórios da cidadania fizeram parte da abrangência do PDHC em sua primeira fase (Brasil, 2019).

Diante do sucesso da primeira fase do projeto, em 2014 ocorreu um novo acordo de empréstimo entre a República Federativa do Brasil e o FIDA para a execução da segunda fase do projeto passando a chamar Projeto Articulação e Diálogo sobre Políticas para Reduzir a Pobreza e Desigualdade no Nordeste Semiárido – Projeto Dom Helder Câmara (PDHC II), com reformulações, mudanças de objetivos e aumento da área de atuação (Brasil, 2020). Desse modo o estado de Alagoas é incluído com ações em oito municípios do território rural Alto Sertão Alagoano.

Atualmente os investimentos do PDHC são de aproximadamente US\$ 125 milhões e possuía como metas atingir 74 mil famílias, 37 mil mulheres, 13.670 jovens e 296 mil pessoas, os números alcançados correspondem até 2020, 54.002 mil famílias, 36.108 mulheres, 13.670 jovens, 216.008 pessoas (Fortini, 2021).

O valor aplicado ao recurso de fomento corresponde a 34 milhões de reais, alcançando 15.533 famílias com planos produtivos individuais. E combinado a este fator foram destinados 168,2 milhões de reais para a assistência técnica do PDHC (Fortini, 2021).

## **5. Alguns achados e apontamentos da pesquisa**

O debate acerca da inclusão produtiva, ficou em evidência no Brasil, em 2010, com a implantação a Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva (SAIP), e passa a ganhar destaque na agenda do governo federal, apesar de logo em seguida ser extinta dando espaço a Secretaria Extraordinária de Combate à Extrema Pobreza. Ainda neste contexto é criado em 2011 o Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), visando à erradicação da pobreza no meio rural e urbano promovendo a inclusão social e produtiva da população que estava nessa condição. Apesar do espaço curto de tempo, em que o PBSM foi finalizado, ações consideradas positivas ocorreram especialmente para a agricultura familiar (Souza, 2019; 2021).

Dados atualizados em abril de 2022 apontam que no estado de Alagoas foram atendidas 3253 unidades familiares, sendo 1966 apoiadas pela Emater e outras 1287 no âmbito de uma organização privada. Em números de pessoas, a Emater Alagoas atendeu 6560 beneficiários, e a entidade privada outras 3519 pessoas.

O fomento produtivo foi acessado por 1267 famílias no âmbito do atendimento da Emater (64,4%) e na chamada pública com a organização privada foram 964 (74,9%) contratos de fomento. Apesar de um significativo percentual aplicado, os resultados não puderam ser avaliados de maneira linear, uma vez que a entidade privada somente começou a oferecer a combinação de Ater com fomento a partir do ano de 2020, enquanto a Emater iniciou suas atividades associadas com o fomento desde o ano de 2019.

Com foco na inclusão produtiva e social, objetivando a redução da pobreza extrema no semiárido alagoano, por meio de serviços de assistência técnica e extensão e do fomento produtivo rural, o estado já beneficia agricultores familiares de 21 municípios que se encontram em vulnerabilidade social com pouco acesso a terra, mão de obra familiar escassa. Mesmo diante dos desafios a ATER levando em consideração a realidade dessas famílias junto ao PDHC desenvolve diversas ações para as unidades produtivas familiares com foco na diversificação produtiva, consumo com qualidade, comercialização, renda, promoção da qualidade de vida, dimensões ambientais e culturais (Emater-AL).

O fomento produtivo rural bem como o recurso do fomento necessita de ações específicas de políticas públicas e programas que promovam a inclusão produtiva principalmente das famílias mais vulneráveis com visão sistêmica e multidimensional. E para que sejam alcançadas diversas ações que a inclusão produtiva no semiárido busca, estratégias

devem ser criadas buscando minimizar a vulnerabilidade econômica e produtiva dos agricultores familiares, principalmente no que diz respeito à comercialização dos excedentes (Mello *et al* 2014; Niederle, 2017).

Essas diversas ações que incluem assistência técnica especializada, recurso de fomento, ampliação e acesso à água e energia elétrica, comercialização da produção por meio de compras públicas e privadas vem ajudando de forma significativa as famílias do semiárido brasileiro a enfrentar os desafios encontrados pelo caminho de forma mais digna (Mello *et al* 2014; Niederle, 2017).

Dessa forma programas como o Garantia Safra, Pronaf, Bolsa família, Pronatec, Luz para todos, Programa de aquisição de alimentos (PAA), Plano Brasil sem miséria vem aperfeiçoando e direcionando suas estratégias visando à inclusão desse público (Niederle, 2017). O programa de fomento foi uma estratégia para a inclusão produtiva do PBSM rural e de grande feito pelo governo com o objetivo de combater a pobreza da agricultura familiar, público que por sinal foi demasiadamente excluído do acesso às políticas públicas governamentais. Essa estratégia do governo é considerada uma inovação, pois combina assistência técnica e recurso para investimento na produção e melhoria de renda para que os agricultores assim permaneçam no campo cada vez mais (Brasil, 2013b).

Alguns resultados, segundo Campos *et al.*, (2015) entretanto, já são palpáveis. O desenvolvimento dos projetos tem proporcionado aumento da produção de alimentos, da renda e do patrimônio das famílias, bem como a elevação de sua autoestima e um reencontro com a identidade de agricultor.

Percebe-se então que a combinação da ATER e fomento produtivo, potencializam as ações de inclusão produtiva no meio rural, melhorando as condições de vida das famílias atendidas. Tal estratégia deve caminhar junta pelo fato de isoladas não alcançarem resultados significativos para a inclusão produtiva no meio rural. Aplicadas de forma isoladas essas políticas se dispersam devido aos gargalos que o agricultor familiar encontra no meio do caminho, principalmente com relação à comercialização (Brasil, 2013b).

Com essa ação do governo os agricultores familiares ganham um impulso no recebimento do serviço de assistência técnica, recurso do fomento, acesso à água e energia elétrica, bem como o apoio à comercialização por meio de compras públicas pelo PAA, por exemplo, mesmo que o termo inclusão produtiva não esteja inserido explicitamente na legislação em que as políticas trazem (Brasil, 2013b; Niederle, 2017).

Resultados preliminares do estudo de indicadores do marco lógico do PDHC junto aos beneficiários atendidos pelas organizações privadas de Ater, feito pelo Projeto Monitora UnB/SEAD apontam que o público beneficiário do PDHC reportou receber orientações produtivas e que essas impactaram positivamente (75% de indicações) as técnicas de produção e comercialização aderentes aos projetos produtivos elaborados. (Monitora, 2021). Do mesmo estudo ainda, foi possível identificar que 96% dos agricultores familiares não recebiam serviços de Ater antes do PDHC, o que indica acerto na focalização do público alvo. Vale ressaltar que o público atendido pela entidade pública de Ater no estado, não foi ouvido neste estudo seguido diretrizes da Unidade Gestora do PDHC à época e que apenas 6% destes beneficiários acessaram o fomento produtivo. Esta informação será confrontada em novo estudo em desenvolvimento que avalia o impacto dos serviços de Ater tanto das empresas públicas como das organizações privadas.

Como apresentado ao longo deste artigo a junção da ATER e do fomento no PDHC mostra que, além disso, outras políticas se apresentam nesse pacote e os beneficiários alagoanos mostram que acessam também o programa Bolsa Família, o Pronaf, Luz para todos, PAA, PNAE e Garantia Safra após fazer parte do projeto, mesmo que com um percentual abaixo da média comparado a outros estados.



Em relação ao fomento produtivo no estado de Alagoas, 1.830 famílias receberam o recurso nesta segunda e atual fase que o projeto se encontra. Lembrando que para o recebimento do mesmo são utilizados alguns critérios de seleção e que no momento nem todos fazem parte diante dos gargalos encontrados. Porém, as ações do fomento objetiva apoiar estruturação produtiva das famílias rurais mais pobres o qual deve ser elaborado em parceria com o técnico da ATER.

Alguns apontamentos também apresentam fragilidade, principalmente do que diz respeito a atividades específicas como diagnóstico comunitário, visita a unidades de referência, adequação dos projetos produtivos a realidade dos agricultores que a ATER realiza no estado alagoano.

## 6. Considerações finais

Acreditamos que a combinação da ATER e fomento afetam de alguma forma as condições de vida das famílias beneficiadas seja de forma positiva ou negativa, e os dados apresentados sobre o estado de Alagoas mostra que os beneficiários do PDHC que receberam a ATER e o recurso do fomento apresentaram resultados significativos de acordo com os projetos elaborados.

Além da combinação da ATER e fomento, o PDHC apresenta diversas outras políticas para os beneficiários atendidos pelo projeto, o que viabiliza a inclusão a outras políticas públicas ofertadas pelo governo que muitas vezes a família se quer tem conhecimento para o acesso. Portanto, percebe-se a importância da inclusão produtiva rural não só sobre a ATER e o fomento, mas com outras políticas não vinculadas diretamente a eles. Acredita-se que essa combinação inovadora tenha resultados positivos para as famílias beneficiadas do PDHC bem como das políticas.

Cada um com seus objetivos e metodologias próprias, a ATER com assessoria e desenvolvimento dos projetos produtivos e a política de fomento operando com os recursos previstos para geração de renda, traz um estímulo para famílias beneficiadas para que possam ter condições para executarem as atividades do dia a dia potencializando sua independência e sustentabilidade. De certo modo, podemos considerar que a política de fomento é incentivada por meio da ATER com sua pedagogia específica e que com a soma destas características ocorre uma boa combinação, não devendo desassociá-las, pois ambas possuem a mesma finalidade, seus beneficiários.

Há muito a ser melhorado e sempre há, principalmente na continuidade dos serviços ofertados para centenas de famílias de agricultores do semiárido brasileiro, assim como o acompanhamento e monitoramento junto aos atores envolvidos no Projeto Dom Helder Câmara. Essa combinação de Fomento e ATER podem ser ainda mais fortalecidos se acompanhada de perto.

## 7. Referências

AGUIAR, Luane da Conceição. Articulação e coordenação nas políticas públicas para o desenvolvimento rural: o caso do Projeto Dom Hélder Câmara-PDHC. 2019.

BORGES, Hebert. Pobreza extrema em Alagoas é a terceira maior do país, diz IBGE. Gazeta de Alagoas, 2021. Disponível em:

<<https://d.gazetadealagoas.com.br/economia/339455/pobreza-extrema-em-alagoas-e-a-terceira-maior-do-pais-diz-ibge>>. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.209 de 17 de Setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em:



<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm)>. Acesso em: 06 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 de outubro de 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112512.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112512.htm)>. Acesso em: 01 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo; Departamento de Estruturação Produtiva; Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no Nordeste Semiárido Projeto Dom Hélder Câmara. Novembro/2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo; Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – FIDA; Projeto Dom Hélder Câmara. Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no nordeste semiárido - Projeto Dom Hélder câmara (acordos de empréstimo nº2000000436/2014 e nº 2000000437/2014). Relatório de Progresso do Projeto – descritivo. Março/2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Diálogos Governo - Sociedade Civil: Brasil sem Miséria* (Relatório da 4. ed). Brasília-DF: MDS, 2013b.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura E Do Desenvolvimento Agrário – SEAD; Subsecretaria De Desenvolvimento Rural – SDR; Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – FIDA; Projeto Dom Hélder Câmara. Articulação e Diálogo sobre Políticas para Reduzir a Pobreza e Desigualdade no Nordeste Semiárido - Projeto Dom Hélder Câmara (Acordos De Empréstimo Nº 2000000436/2014 E Nº 2000000437/2014). Relatório de Progresso do Projeto – Descritivo. Dezembro/2018.

BUAINAIN, Antônio Marcio. Práticas de desenvolvimento no Nordeste do Brasil: experiências dos projetos apoiados pelo FIDA — Brasília: IICA, 2013.

CAMPOS, A. *et al.* Inclusão produtiva rural no Plano Brasil sem Miséria: síntese da experiência recente em políticas públicas para o atendimento dos mais pobres no rural brasileiro. **BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria**, v. 1, 2014.

CASTRO, César Nunes de. **A Agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento**. Texto para discussão n. 1786. Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2012.

DIESEL, Vivien; DIAS, Marcelo Miná; NEUMANN, Pedro Selvino. PNATER (2004-2014): da concepção à materialização. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 107-128.



EMATER-AL. Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas.

**PROJETO DOM HELDER CÂMARA (PDHC)**. Disponível em:

<<http://www.emater.al.gov.br/programas-e-projetos/projeto-dom-helder-camara-pdhc>>.

Acesso em: 07 de abr. 2022.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FORTINI, Rosimere Miranda. **Relatório de resultados: FIDA no Brasil 2020**. Viçosa, MG: IPPDS, UFV, 2021. 97 p.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: Resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

JALFIM, Felipe *et al.* Geração do conhecimento agroecológico a partir da interação entre atores: a experiência do Projeto Dom Helder Camara. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 3, p. 26-34, 2013.

MELLO, Janine; ANDRADE, Bruno Teixeira; MELCHIORI, Cíntia Ebner; OLIVEIRA, Ysrael Rodrigues de. A inclusão produtiva rural do Brasil Sem Miséria: estratégias e primeiros resultados. In: CAMPELLO, T. ; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 848 p.: gráfs, mapas, tabs. 2014.

MONITORA, Avaliação e Monitoramento do Projeto Dom Hélder Câmara – Monitora UnB/SEAD. Projeto Dom Helder Câmara. Relatório Aferição dos Indicadores do Marco Lógico. Questionário Online, Novembro – Dezembro/2020, Projeto Monitora. Brasília - DF Fevereiro de 2021.

NIEDERLE, P. A. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

PEREIRA JÚNIOR, José de Sena. Nova delimitação do semi-árido brasileiro. **Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**. Centro de Documentação e Informação. Brasília, DF, 2007.

SILVA, Pedro Carlos Gama *et al.* Caracterização do Semiárido brasileiro: fatores naturais e humanos. In: SÁ, Iêdo Bezerra; DA SILVA, Pedro Carlos Gama. **Semiárido Brasileiro: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação**. Petrolina, PE: Embrapa Semiárido, 2010. p. 19-48.  
SOUSA, D. N. O que se entende por inclusão produtiva dos agricultores familiares? Um estudo de revisão bibliométrica. **Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília**, v. 36, n. 1, p. 1-13, 2019.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.